

Governo pode reduzir impostos de produtos, para compensar o congelamento.

*Economia
brasil*

O anúncio foi feito pelo ministro Funaro e deverá abranger produtos como automóveis, remédios, bebidas, leite e seus derivados.

As indústrias farmacêutica e automobilística, além dos setores de bebidas quentes e leite e derivados, poderão ser beneficiados com a redução temporária de impostos. O ministro da Fazenda, Dilsón Funaro, afirmou ontem que o governo poderá reduzir a carga fiscal sobre alguns setores da economia como forma de eliminar as distorções provocadas pelo congelamento geral de preços.

Durante o seminário "A Hora de Investir", promovido pela revista *Exame*, o ministro informou que o governo está estudando atentamente aquela possibilidade, que "seria um incentivo de curto prazo para as empresas muito prejudicadas pelo congelamento". Segundo ele, apenas entre 8% e 10% da economia estão enfrentando problemas mais sérios por causa do congelamento, com margens de comercialização muito reduzidas, ou até operando com prejuízo.

Funaro disse que todo o restante da economia terá de se adaptar à realidade introduzida pelo congelamento de preços sem nenhum tipo de auxílio do governo. O ministro observou que a memória inflacionária, carregada, até há pouco tempo, pelas empresas e a sociedade de modo geral, irá desaparecer, substituída "pela noção de valor real das coisas". Segundo o ministro, quando esse processo estiver concluído, "o descongelamento já terá se concretizado por si só". Mas antes de elaborar esse raciocínio, o ministro da Fazenda chegou a afirmar que o tempo de duração do congelamento geral de preços seria de um ano, conforme o decreto que instituiu o plano de estabilização econômica.

O ministro afirmou aos empresários presentes ao Auditório Petrônio Portela do Senado Federal e espalhados por mais 11 auditórios de todo o País que a rentabilidade das empresas dentro do congelamento, e apesar

dele, deverá ser obtida de uma única maneira: "melhoria da eficiência e produtividade". Por isso, conclamou os empresários a investirem na melhoria tecnológica do parque industrial.

Funaro disse que antes do plano de estabilização era difícil para qualquer empresa buscar essa modernização, em função do processo inflacionário e do próprio governo. O ministro admitiu que, no passado, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) "punia" as empresas que tivessem feito investimentos e avanços na área tecnológica e de melhoria da eficiência, não permitindo re-passar para os preços os custos gerados por esse processo.

"Mas agora a situação mudou", afirmou o ministro, observando que existe uma "nova consciência econômica", além de um governo preocupado em incentivar o avanço tecnológico.

O ministro voltou a ressaltar o caráter regional da pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe) que apurou uma inflação de 2,31% em abril na cidade de São Paulo. Funaro chegou a ler ao plenário do seminário o telex enviado pela Fipe ao Ministério da Fazenda, em que a própria instituição revela o restrito universo da apuração do índice.

De qualquer forma, o ministro admitiu que o mês de abril "poderá apresentar uma inflação muito pequena". Disse que esse resultado deverá ser isolado, já que foi provocado pelo aumento dos vestuários de inverno e pela volta de alguns preços aos seus níveis de congelamento, pois caíram no mês de março. O ministro concluiu dizendo que o plano de estabilização "não está sofrendo pressões inflacionárias fortes".